

---

**EXCLUSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O SURGIMENTO DA  
FRANJA URBANO-RURAL EM LONDRINA/PR**

**URBAN EXCLUSION AND SOCIOSPATIAL SEGREGATION: THE EMERGENCE  
OF THE URBAN-RURAL FRANGE IN LONDRINA/PR**

João Augusto Cecilio Ferraz<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo parte de um debate sobre a franja urbano-rural no município de Londrina no norte do estado do Paraná, essa é entendida como uma área de transição entre áreas urbanas consolidadas e as áreas rurais; esses territórios são comumente caracterizados por especificidades na forma de ocupação e nas dinâmicas de utilização e apropriação pelos moradores. Para compreender o surgimento das franjas se torna relevante a pesquisa e debate sobre temas como exclusão urbana e segregação socioespacial, que frequentemente são considerados fenômenos que impulsionam a consolidação dessas áreas. Diante disso, a busca por compreender os mecanismos que afetam a qualidade de vida das populações vulnerabilizadas se torna relevante; para tal, é necessário o resgate de produções bibliográficas sobre atributos como: saúde, bem-estar, sociedade, economia, política e outros, além de examinar as legislações e normas ao longo da história, e a partir de então, identificar as populações, utilizando dados disponibilizados pelos órgãos municipais, agentes promotores de políticas públicas, governo e sociedade civil.

1

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; exclusão urbana; globalização; vulnerabilidade.

**ABSTRACT**

This article starts from a debate on the urban-rural fringe in the municipality of Londrina in the north of the state of Paraná, this is understood as a transition area between consolidated urban areas and rural areas; These territories are commonly characterized by specificities in the form of occupation and the dynamics of use and appropriation by residents. To understand the emergence of fringes, research and debate on topics such as urban exclusion and socio-spatial segregation are relevant, which are often considered phenomena that drive the consolidation of these areas. Given this, the search to understand the mechanisms that affect the quality of life of vulnerable populations becomes relevant; To this end, it is necessary to rescue

---

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Pitágoras de Londrina; Pós-graduado em Docência no Ensino Superior, Engenharia de Tráfego, Urbanismo ambos pela Universidade Anhanguera; Pós-graduado em Mobilidade Urbana, Direito Imobiliário Aplicado pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR; Mestrando do Programa Associado UEM/UEL de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Estadual de Londrina, UEL; Arquiteto e Urbanista na empresa CABANA29; Docente Universitário nos cursos de Psicologia, Direito e Fisioterapia na Faculdade Dom Bosco de Cornélio Procopio, Paraná. Email:arquitetura.joaooaugusto@gmail.com

bibliographical productions on attributes such as: health, well-being, society, economy, politics and others, in addition to examining legislation and norms throughout history, and from then on, identifying populations, using data made available by municipal bodies, agents promoting public policies, government and civil society.

**Keywords:** socio-spatial segregation; urban exclusion; globalization; vulnerability.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudar a sociedade tem se mostrado um desafio singular desde as primeiras civilizações à atualidade, apesar de ser desafiador faz-se necessário. Estudando a antiguidade observa-se o anseio pelo “saber social” na busca por compreender a sociedade e suas interações, assim o faz Aristóteles em suas publicações anos antes de Cristo.

A sociedade se materializa na urbe, é no espaço físico que se manifestam as mais profundas relações cotidianas, o poeta Vinícius de Moraes considera a vida como a arte do encontro e o Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner defende que a cidade é o cenário desses encontros, logo, associa-se o indivíduo ao espaço qual ele ocupa; a partir dessa analogia, seria possível concluir que o espaço molda o indivíduo tanto quanto o inverso? Além disso, seria possível afirmar que a forma como o espaço é ocupado interfere na qualidade de vida e bem-estar do Ser Humano? Essas são perguntas que permeiam este trabalho.

A franja urbana-rural (Pryor, 1968) é um termo amplamente utilizado para caracterizar áreas de transição no uso do solo, geralmente situadas entre – no meio – de áreas urbanas e rurais e tem como características a falta de infraestrutura básica, a ausência de serviços públicos de apoio e orientação social além do desordenamento territorial e densidade populacional elevada. As franjas podem ser percebidas como espaços vulneráveis, ou seja, por indução, se o espaço tem potencial de interferir na qualidade de vida do indivíduo, este pode ser considerado igualmente vulnerável?

Ao analisar alguns dados iniciais, é possível encontrar pistas da vulnerabilidade mencionada anteriormente, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) provenientes do Censo do ano de 2022, o município de Londrina, localizado no norte do estado do Paraná tem uma população total de 555.965 habitantes; de acordo com a Prefeitura do Município de Londrina (2020) havia na cidade aproximadamente 3.815 famílias

ocupando 67 áreas de forma irregular, totalizando aproximadamente 12.540 pessoas; dados publicados anteriormente (2017) apontavam aproximadamente 10.867 pessoas. A partir deste, pode-se compreender que há uma crescente na quantidade de pessoas vivendo em áreas irregulares, a maioria delas localizadas nas franjas.

Diante o exposto, torna-se fundamental o estudo da relação entre o espaço construído, a qualidade de vida e o bem-estar da população em vulnerabilidade – que vivem nas franjas – no município de Londrina, buscando compreender de forma holística a segregação, ou seja, em sua totalidade os fenômenos que se manifestam e interferem diariamente na vida da população excluída; além disso, poderão ser ofertadas diretrizes que servirão como subsídio para a criação de políticas públicas eficientes no município de Londrina.

## **2 OBJETIVO**

### **Objetivo Geral**

Identificar a partir de dados oficiais do município de Londrina a franja urbano-rural e compreender os fenômenos que impulsionam o surgimento dessas ocupações, como a exclusão urbana e a segregação socioespacial.

### **Objetivo Específico**

Compreender o processo de ocupação e segregação do território urbano do município de Londrina, com foco na identificação da franja urbano-rural, e a partir desta análise identificar e relacionar fenômenos observados a atributos como: saúde, bem-estar, sociedade, economia, política e outros, além de examinar legislações e normas sobre a ocupação do solo e políticas públicas de saúde e moradia.

## **3 METODOLOGIA**

A presente proposta tem como objetivo investigar a relação entre o homem e o ambiente construído na produção do espaço urbano em Londrina, desenvolvendo uma pesquisa

exploratória de abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica com objetivo de sintetizar os conceitos necessários e o levantamento de dados multiescala no recorte territorial do município de Londrina, com foco nas áreas descontínuas, nomeada de franja urbana-rural.

Criar um debate utilizando as informações coletadas, apoiando em referenciais teóricos, o que possibilitaria uma investigação de caráter propositivo e a sistematização dos dados; diante disso, torna-se possível desenvolver diretrizes e procedimentos com objetivo de subsidiar as políticas públicas e as ações mitigadoras locais.

A população objeto de estudo caracteriza-se pela vulnerabilidade, desde áreas ocupadas de forma irregular – assentamentos ilegais – sem estruturas mínimas de saneamento, até os loteamentos de cunho social, afastados da estrutura social urbana.

#### **4 A FRANJA URBANO-RURAL**

A franja urbano-rural – ou só franjas – tem sido frequentemente associada a vulnerabilidade, marginalidade, exclusão urbana e segregação social; diversos estudos apontam como causa de problemas enquanto outros a colocam como consequência de problemas, no que toca a percepção do autor deste projeto, existe a necessidade de relacionar causa e consequência como fatores associados ao fenômeno.

De acordo com Pryor (1968), a franja é caracterizada como uma “zona de transição no uso do solo”, aquelas áreas entre o limite do perímetro urbano e o início da zona rural, ela apresenta características tanto demográficas, ou seja, relacionadas ao espaço físico, quanto sociais; como exemplos dessas características cita-se: edificações, uso do solo e orientação social rural urbana, onde há a mistura de condições da realidade urbana com as da área rural; ausência de serviços de saneamento; desordenamento territorial; alta densidade populacional; ausência de serviços públicos como educação, saúde, cultura e lazer.

Para Rocha (et al. 2005, apud Carter 1971) a franja é caracterizada como uma área de expansão da urbe, na maioria das vezes está relacionada com o crescimento disparso, ou seja, de forma descontínua e com a presença constante de vazios urbanos. FARR (2013), apresenta a franja como um território suburbano, ou seja, com características de borda, muitas vezes atrelado a periferia, a falta de recursos e a valores econômicos reduzidos; ainda o autor relaciona

o termo com a exclusão social e a vulnerabilidade, afetando não só o espaço físico, mas a vida dos moradores daquela comunidade.

Partindo do contexto apresentado pela franja urbano-rural elenca-se como termos relacionados a segregação socioespacial e a exclusão social; a primeira é caracterizada como a “separação intencional de um grupo de classes”, que tem como objetivo intrínseco a discriminação e o preconceito. O segundo - exclusão social - é abordado com um sentido mais abrangente que inclui um “conjunto de perdas não somente em razão econômica”, ou seja, essa exclusão gera consequências principalmente no âmbito afetivo, familiar e político todos relacionados ao campo social e a questões territoriais de acordo com Marisco (2020 apud Costa, 1997; Paugam, 1999; Pechman, 2002).

### **A sociedade e o processo de urbanização**

A urbanização é caracterizada por Santos (1993) como uma “condição moderníssima da evolução social”, ou seja, o autor relaciona a evolução do espaço ao desenvolvimento da humanidade, esta afirmação apoia a teoria apresentada neste projeto de pesquisa, talvez seja arriscado dizer que o espaço urbano e a sociedade são uma extensão do corpo humano; de acordo com Castro (2000), a “sociedade é uma condição universal de vida humana”, para o autor, o Ser Humano “está predisposto geneticamente à vida em sociedade”, onde há uma dependência na relação entre homem e espaço.

A revolução industrial – século XVIII e XIX – apresenta-se como um feliz exemplo deste debate, naquele período, como o nome já sugere, houve uma evolução em vários âmbitos: no processo de produção, na forma de trabalho, no estilo de vida, e no pensamento social; a revolução na indústria modificou o processo produtivo, tornando-o mais célere e barato; a crescente na produção gerou a necessidade de mais postos de trabalho, ocorrendo um aumento populacional na área urbana – êxodo rural – o processo produtivo deixou de ser artesanal e passou a ter uma característica setorial, ou seja, o processo era composto por várias partes e o trabalhador não mais se reconhecia no produto final; conseqüentemente o estilo de vida mudou, acompanhado pelo pensamento social.

Conseqüente, entende-se que “a revolução industrial não apenas moldou a estrutura física das cidades, mas também influenciou profundamente as condições de vida urbana” (Dias,

2024, p.49), isso se perpetua até os dias atuais, quando se observa características urbanas similares às do período da revolução industrial, principalmente na Grã-Bretanha: condições de habitações ruins, falta de saneamento, desordenamento territorial, alta densidade populacional e outros.

Ao criar uma relação entre o processo de urbanização citado anteriormente com as cidades brasileiras, pode-se encontrar grande similaridade, tanto no período, quanto nas características físicas. Tilly (1990) cita que no período da revolução industrial “a industrialização atraiu massas de trabalhadores rurais para as cidades, resultando em um crescimento urbano explosivo e muitas vezes desordenado”, no Brasil ocorreu igualmente entre os anos de 1940 e 1991, onde a população urbana cresceu 750% (Santos, 1993), enquanto nos anos 2000 (Silva, 1993) as cidades passariam a enfrentar problemas relacionados a forma de ocupação do território.

Ainda de acordo com Silva (1993), o traçado das cidades se tornou mais importante do que o próprio crescimento, ou seja, como isso ocorre é determinante. Lima (1998) explica que geralmente as médias cidades desenvolvem-se de forma similar, a partir de pontos centrais – comumente a igreja ou terminal rodoferroviário - onde desenvolvem pequenos centros comerciais; esse é o caso da cidade de Londrina, que foi projetada inicialmente para 20 mil habitantes, entretanto nos anos de 1970 (Londrina, 2018) teve um salto considerável neste número, atingindo 228 mil pessoas vivendo em seu território.

6

### **O desenvolvimento urbano de Londrina**

O município de Londrina tem sua origem relacionada a produção de café, assim como diversas cidades da região norte do estado do Paraná, que foram colonizadas pela Companhia de Terras do Norte do Paraná em meados de 1920. A Companhia colonizadora promoveu uma reforma agrária nas terras da região, os lotes de 10 a 20 alqueires paulistas eram considerados pequenos para a ação naquela época, e conseqüentemente mais baratos o que possibilitou a venda mais célere das terras (Bortolotti, 2007).

Desde a implantação das primeiras comunidades pela colonizadora pode-se observar o interesse e a ação imobiliária ligados a produção de capital – capitalismo – a estratégia colonizadora compreendeu um planejamento regional, foram criados e hierarquizados ao longo

da linha férrea (Lima, 1998) a cada 100km pequenas comunidades no entorno das estações, cada um desses pontos teve papel central no desenvolvimento das novas comunidades, trazendo para a região atividades não só agrícolas, mas também de comércio primário (Bortolotti, 2007).

A década de 1970 foi o marco temporal para o desenvolvimento da cidade de Londrina, que registrou um crescimento populacional e territorial elevado se comparado com outros municípios do estado e principalmente da região; o seu processo de desenvolvimento teve como impulso as atividades agrícolas e industriais (Kleinke et al, 1999). Houve uma expansão expressiva no território urbano, as famílias que chegavam à cidade procurando oportunidades tiveram dificuldades para encontrar moradia, o período compreendido entre os anos de 1960 e 1980 – 20 anos – foram de desafios tanto para o governo local quanto para os habitantes da nova metrópole que se estabelecia (Bertolotti, 2007).

Nas décadas seguintes, 1990 e anos 2000, com a alta procura por moradia o valor da propriedade disparou, esse é o momento na história do município de Londrina que é possível identificar o surgimento das primeiras periferias (Kleinke et al, 1999), localizadas em área descontínua da terra, distante do eixo central, onde não havia infraestrutura urbana de qualidade e o valor da terra conseqüentemente era menor, em alguns casos as áreas eram ocupadas de forma irregular; mais tarde essa configuração de ocupação do território foi denominada franja urbano-rural, como já conceituada neste trabalho.

De acordo com Paula (et al, 2013) “o elevado crescimento da população alterou visivelmente as características da ocupação territorial do município” o que potencializou a expressiva segregação socioespacial. Atualmente em Londrina, há uma grande quantidade da população vivendo nas periferias e na franja urbano-rural como apresentam as estatísticas (Londrina, 2020), essa população vive em áreas distintas: assentamentos, favelas ou ocupações, que podem ser encontrados em diversos pontos do território do município, mas segundo Frescas (2002), estavam concentrados principalmente no extremo norte do município.

### **A exclusão socioespacial**

De acordo com o pensamento apresentado por Guerra (2001, p.47-56) a urbe passou a ser sujeito da globalização, onde o sistema que produz de forma crescente a riqueza produz no mesmo ritmo a pobreza, conseqüentemente a integração e exclusão, levando a fragmentação

das cidades. Ainda segundo o pensamento apresentado por ela, os impactos desse fenômeno podem abranger outras esferas.

Isso significa que não apenas vivemos profundas modificações nas instâncias e modos de produzir, de organizar o trabalho ou a intervenção pública, mas também, nas famílias, nas solidariedades locais, nos vínculos e contratos sociais que articulam a trama e o tecido social que estão em grande mutação. Alteram-se os valores, fragilizam-se as instituições de integração social, multiculturalizam-se os referenciais e, com a crise produtiva, emerge a crise do sujeito e a crise das instituições tradicionais de inserção social. (Guerra, 2001, p.48)

A autora relata que as transformações no espaço e na sociedade estão fortemente associadas ao risco e ao benefício, causando uma dualidade na compreensão das consequências, que podem ou não estar atreladas ao espaço das cidades e aos diversos grupos sociais. Outra associação feita por ela é o “mal-estar” das populações, ligados ao “stress urbano”, que segundo ela é o “destino de classe irremediável”, ou seja, está condicionado.

Igualmente, Rolnik (2002) divide a cidade em duas partes, a “porção legal e a porção ilegal”, onde a primeira está associada a presença de boa infraestrutura física e recursos econômicos elevados, enquanto a segunda a condições físicas precárias e economicamente pobres, para ela essas condições determinam o acesso ou a falta às oportunidades de trabalho, cultura e lazer, indo de encontro com as ideias apresentadas por Guerra (2001).

Ainda pela ótica de Rolnik (2002), a população de baixa renda “só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas”, por seu valor reduzido, atrelado a ausência de infraestruturas, além dos problemas ambientais – em grande parte das áreas - que inviabilizariam a ocupação pela vulnerabilidade territorial. De acordo com uma pesquisa (Rolnik et. Al. 1999) realizada na cidade de São Paulo, clarificou a relação entre exclusão territorial e a violência urbana, onde “os municípios que apresentaram piores condições de exclusão territorial – e não os mais pobres - são aqueles onde há maior violência”, ou seja, é possível compreender que as áreas mais excluídas ou afastadas são as mesmas com índices de violência elevados, e esse fator não está relacionado necessariamente a pobreza.

O termo segregação também é utilizado de forma ampla para retratar o caso da exclusão socioespacial, Sposito (1996) retrata que a segregação consiste no processo de “separar, isolar, evitar por aproximação, pôr-se a margem” podendo se manifestar de duas formas: involuntária ou voluntária. A primeira está relacionada a ações e políticas urbanas as quais estabelecem o acesso à terra desigualmente, expressando nela a segregação por “raça, etnia, condição

econômica” e outras, e precisa de um entendimento em diversas dimensões. A segunda, para ele, é um ato onde o próprio indivíduo – geralmente com melhores condições financeiras – busca se distanciar e muitas vezes se isolar de outras classes e realidades sociais, esse movimento pode ser visto nos condomínios e loteamentos fechados, onde os muros criam um universo paralelo a realidade externa a eles.

Já para Lojkine (apud. Marisco, 2020) o estado tem papel determinante no processo de segregação e exclusão, para ele, o “estado atua como gestor e regulador do acesso aos meios de consumo coletivos” e regula isso conforme a “renda, posição social, econômica e política”, podendo ser considerado neste caso agente de uma política seletiva e excludente, indo de encontro com o que afirma Costa (1997), entre outras, questiona que o modelo de estado sempre irá se beneficiar das fragilidades urbanas e sociais, pois é nessas vulnerabilidades que ele se perpetua.

Outra contribuição para a compreensão da exclusão e da segregação socioespacial está nas ideias apresentadas por Lefebvre (apud. Marisco, 2020), ele relata que “O espaço urbano na cidade capitalista passou a ser mediado pelo valor de troca em oposição ao seu valor de uso”, ou seja, antes “o habitar a cidade continha o sentido da convivência, do cotidiano, dos espaços simbólicos, da memória dos lugares” e isso mudou, “o habitat reduziu o sentido da cidade a uma vida regulada pelas instituições e o Estado”, de certa forma as contribuições de Lefebvre (1991) estão em consonância as teorias de Lojkine (1981) e Costa (1997).

9

### **Saúde, bem-estar e a qualidade de vida**

O filósofo Aristóteles (1913, p.28) em um de seus primeiros escritos, teoriza a evolução das cidades partindo da reunião de aldeias a um espaço organizado não apenas para a conservação de sua própria existência, mas também para a busca do bem-estar, ou seja, desde a antiguidade o Homem procura no espaço melhores condições de sobrevivência e satisfação pessoal. Aristóteles (1999, p.227) ainda relaciona a ideia de bem-estar ao Estado, quando define que é dele a função de promover a vida digna, plena e satisfatória, isso significa “viver com alegria e dignidade”.

Ao conceituar bem-estar é necessário ressaltar que não há consenso entre a comunidade científica quanto a sua definição, alguns autores como Raymond Plant e Ian Gough, tem

buscado associar as necessidades humanas, a exclusão social, o bem-estar e os direitos sociais; essa associação pode ser compreendida segundo Nogueira (2002, p.7) como um “conceito social, uma vez que as necessidades são construções sociais que pertencem ao domínio da sociologia, antropologia, ecologia e economia”.

Já para Graff (apud Forton, 1974, p.48), o bem-estar está relacionado ao “estado de espírito”, algo que não pode ser mensurado “como um preço de mercado”, de forma similar Pigou (apud Forton, 1974, p.48) utiliza o termo “estado de consciência” para se referir ao mesmo exemplo; ambos apresentam o bem-estar relacionado ao imaterial ou mesmo o inconsciente, o que torna a sua compreensão ainda mais desafiadora pela subjetividade contida em cada indivíduo.

Albuquerque (2004) relata que o bem-estar está diretamente atrelado a termos como felicidade, satisfação, estado de espírito, afeto positivo e qualidade de vida; Satién (1993), relaciona como fatores objetivos em contextos “históricos, culturais, econômicos ou sociais”.

Segundo as diversas opiniões, as tentativas de definição e observação de conteúdo, verifica-se que o termo bem-estar possui um complexo e extenso conteúdo no que concerne ao Bem-Estar como meta e instrumento do desenvolvimento, onde o homem é o criador de seu próprio destino social e onde, como membro da sociedade, deve considerar-se não só como beneficiário do bem-estar como também, ao mesmo tempo, implementador do mesmo. Dentro desta complexidade, podemos concluir que o bem-estar é uma aspiração dos povos e dos indivíduos baseada na satisfação equitativa das necessidades em todos os setores; biológico, bio-fisiológico, material, intelectual, técnico, espiritual, moral e cultural, e por último social. (Forton, 1974, p. 48).

10

O estudo difundido por Forton, pode ser atrelado a Teoria da Motivação de Maslow (1943) que se disseminou mundialmente, e na atualidade é fonte para diversas correntes de pensamento e áreas de estudo como a ciências sociais e a psicologia.

De acordo com Sampaio (2009), a Teoria da Motivação Humana de Abraham Maslow está relacionada ao comportamento do Ser Humano na busca pela satisfação e pelas necessidades básicas e sugere que “os indivíduos têm desejos e necessidades, mesmo que inconscientemente”. Maslow (1943) organiza essas necessidades em cinco grupos ou classes: Primárias (fisiológicas e segurança), Secundárias (social, estima e autorrealização); para ele, na medida que o indivíduo cumpre uma delas irá buscar a próxima, isso sugere a organização de forma vertical, e por isso a teoria ganhou uma associação a pirâmide, conhecida mundialmente como “Pirâmide das Necessidades de Maslow”.

Analisar o Ser Humano e as suas motivações é fator determinante no processo de compreensão da relação entre Homem e Espaço, quando nos primeiros parágrafos fala-se dos possíveis impactos no bem-estar do indivíduo sugere-se estudá-lo em sua totalidade, para assim compreendê-lo; a partir desta ação, também torna-se possível identificar quais motivações impulsionam o Homem como agente da exclusão e segregação.

## 5 CONCLUSÃO

No decorrer deste, foram realizados estudos bibliográficos a respeito de temas transversais que permeiam o debate sobre o tema proposto, inicialmente a caracterização da franja urbano-rural definiu um recorte territorial objeto de estudo, tendo como papel a caracterização de um problema de ordem material, a partir deste recorte surgiu a necessidade de compreender a sociedade no processo de ocupação do território, nessa perspectiva mostrou-se relevante compreender a condição biológica da sociedade, seu processo de evolução e a materialização no traçado da urbe, possibilitando compreender o indivíduo como agente do seu próprio habitat.

O desenvolvimento urbano da cidade de Londrina se justifica no processo de compreensão do indivíduo, que tem como parte de sua própria história a evolução da cidade e seus acontecimentos; diante dessa perspectiva fez-se necessário compreender se o território tem papel determinante na vida dos seus habitantes, e se dele surgem fenômenos como a exclusão e a segregação, o estudo deste, trouxe luz à problemas sociais que se perpetuam a anos no território e na vida humana dos seus ocupantes.

No contexto apresentado anteriormente, a condição humana se mostrou relevante, pois, fornece de forma holística uma visão sobre o Ser Humano, suas necessidades, fragilidades, potencialidades, comportamento e tantos outros aspectos; proporcionando criar uma relação entre o espaço físico da urbe e o seu papel na exclusão urbana, que pode ou não condicionar a vida de seus habitantes.

Diante o exposto, o presente trabalho sistematizou informações importantes para o processo de compreensão da franja urbana-rural no município de Londrina, sendo possível assimilar dados históricos, estatísticos e bibliográficos, a fim de embasar diretrizes para ações futuras no território da cidade.

O estudo apresentou lacunas para futuras pesquisas, a fim de responder perguntas como: qual o papel do estado no processo de exclusão e segregação em Londrina? Quais ações potencializaram a exclusão urbana no município de Londrina ao longo da história? Como a exclusão e a segregação urbana tem afetado as populações moradoras das franjas em Londrina? Qual é o percentual de crescimento dessas áreas de borda e quais medidas têm sido tomadas para evitar essa expansão?

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. S. Desenvolvimento de Uma Escala de Bem-Estar Subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, p. 153 – 164, maio 2024.
- CASTRO, E. B. V. **O Conceito de Sociedade em Antropologia**: Um Sobrevôo. Minas Gerais: UFMG, 2000. v. 5
- MARISCO, L. M. O. Revisitando Autores sobre os Conceitos de Segregação Socioespacial e Exclusão Social na Análise da Produção Desigual do Espaço Urbano. **Revista Contexto Geográfico**, 45 – 46, jul. 2020. 12
- GUERRA, I. Intervenções Face à Exclusão Social Urbana. **Cidades – Comunidades e Territórios**, 47 – 56, jun. 2001.
- PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- NOGUEIRA, V. M. R. Bem-estar, Bem-estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução de um Conceito. **Semina: Ciências Humanas e Sociais**, Londrina, p. 107 – 122, set. 2002.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. (Conexão Editorial, Org.). Centauro, 1991.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- ROLNIK, R. **Regulação Urbanística e Exclusão Territorial**. São Paulo: Pólis, 1999.
- ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.72, p.53 – 61, 2002.
- FORTON, R. E. Indicadores do Bem-Estar Social: seu conteúdo e sua atualização. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, v. 10, 1974.
- SATIÉN, L. M. **Indicadores sociales de la calidad de vida**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1993.

ARISTÓTELES. **A política**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KIM, S. J.; HUR, M. H. Understanding of factors influencing happiness of middle-aged women in Korea based on Maslow's hierarchy of needs. **Psychiatry investigation**, v.16, n.7, p. 539-546, jul. 2019.

FAAR, D. **Urbanismo sustentável**: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SPOSITO, B. E. M. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial. **Revista de Geografia**, p. 71 – 85, 1996.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological review**, v. 50, p. 370-396, 1943.

LIMA, R. S. **Expansão urbana e acessibilidade – o caso das cidades médias brasileiras**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Transportes. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos – SP, 1998.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, A. N. R. **O Custo do Solo Urbano Ocioso e Uma Nova Sistemática de Tritutação de Propriedade**. São Carlos: Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, 1993.

PRYOR, R. J. Defining the rural-urban fringe. **Oxford University Press**, v. 47, n.2, p. 202-215, dec. 1968.

COSTA, G. M. Exclusão socioespacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. **Encontro Nacional da ANPUR**, Recife, p. 1421 – 1436, 1997.

DIAS, S. I. S. Urbanismo: Teorias da Urbanização. **CAU FAU**, p. 49 – 54, 2024.

TILLY, C. **Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990**. Cambridge: Blackwell, 1990.

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.

KLEINKE, M. L. U.; Moura, R; Deschamps, M. V. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paraná Desenvolvimento**, Curitiba, p. 27 – 50, 1999.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, v. 11, n. 2, p. 241 – 264, 2002.

SAMPAIO, J. R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre a motivação. **Revista de Administração - RAUSP**, 2009.